Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

QUEM ESCREVE O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA?

Márcio Abondanza Vitiello
marcioavitiello@gmail.com

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Autor de livros didáticos de Geografia para os ensinos fundamental e médio. Pesquisa realizada com bolsa de estudos fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

Quem são os autores e as autoras dos livros didáticos de Geografia distribuídos nas escolas públicas brasileiras de 2005 a 2022? Quais suas formações? Onde realizaram seus estudos e atuam profissionalmente? O objetivo dessa pesquisa foi o de traçar o perfil desses profissionais com o intuito de lançar algumas reflexões sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Para atingir esse objetivo foram acessados currículos Lattes, além de sites da internet e contatos diretos com trinta autores via e-mail. Para discutir a função de autoralidade, nos baseamos em Foucault, Maingueneau e Barthes. Para os estudos sobre livro didáticos, utilizamos referências estrangeiras e nacionais. Como resultado da pesquisa, concluímos que a maioria dos autores são homens (63%), com formação inicial em Geografia (86%), com passagem pela Universidade de São Paulo (60%), sendo 37% professores em colégios da rede privada e apenas 6% da rede pública de ensino básico. Entendemos, no entanto, que a produção de um livro didático é coletiva, na qual agem, além dos autores, diferentes atores sociais (pesquisadores, editores, professores, alunos, pais, legisladores etc.), a própria linguagem e o escopo cultural que a define.

PALAVRAS-CHAVE

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Função-autor, Ensino de Geografia

WHO WRITES THE GEOGRAPHY TEXTBOOK?

ABSTRACT

Who are the authors of the Geography textbooks distributed in Brazilian public schools from 2005 to 2022? What are your backgrounds? Where did they study and work professionally? The objective of this research was to outline the profile of these professionals in order to launch some reflections on the National Textbook Program (PNLD). To achieve this goal, Lattes curriculum were accessed, as well as internet sites and direct contacts with thirty authors via e-mail. To discuss the function of authority, we used Foucault, Maingueneau and Barthes. For textbook studies, we use foreign and national references. As a result of the research, we concluded that the majority of the authors are men (63%), with initial formation in Geography (86%), passing through the University of São Paulo (60%), being 37% teachers in private schools and only 6% of the public basic education network. We understand, however, that the production of a textbook is collective, in which, in addition to the authors, different social actors (researchers, editors, teachers, students, parents, legislators etc.) act, the language itself and the cultural scope that defines it.

KEYWORDS

Textbook National Program (PNLD), Author-function, Geography Teaching

Introdução

O livro didático pode ser considerado hoje, no Brasil, um dos principais instrumentos de difusão, não só de métodos e conteúdos educativos, mas também de informação e cultura. Isso se deu principalmente após a universalização do atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, em 2019, atendeu 35 milhões 177 mil e oitocentos e oitenta e nove alunos por meio da distribuição de quase 126 milhões de exemplares que custaram pouco mais de 1 bilhão e 100 milhões de reais aos cofres públicos [1]. Esse fato, sem dúvida, deu maior evidência aos livros didáticos. Se de um lado, o Estado viu no PNLD uma tentativa de melhorar a qualidade de ensino e pôr em prática o currículo oficial, o mercado editorial vislumbrou uma grande oportunidade de negócios, atraindo grandes investimentos, inclusive estrangeiros.

Outro aspecto relevante foi a possibilidade de difundir mais largamente, por meio da educação, questões políticas, sociais, econômicas e culturais a um considerável número de educadores e educandos nas mais variadas regiões do país, desde as densamente urbanizadas até as zonas rurais. Se em muitos lares ainda não é possível

[1] Fonte: FNDE (dados do PNLD em https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos, acesso em maio de 2019.

garantir o acesso à informação por meio da internet, ele ocorre por meio dos livros didáticos[2].

Ainda que esses livros didáticos não sejam produzidos pelo Estado, o mesmo tem um papel decisivo na determinação daqueles que serão distribuídos, uma vez que se faz necessária uma avaliação prévia por uma comissão indicada pelo próprio Ministério da Educação (MEC) antes que a coleção didática integre um Guia de Livros, que é encaminhado para a escolha dos professores.

Para entender melhor a concepção autoral dos livros que integram essa importante política pública nos perguntamos: afinal quem são os autores dos livros didáticos de Geografia distribuídos nas escolas públicas brasileiras de 2005 a 2022? Quais suas formações? Que instituições realizaram seus estudos? Em que regiões do Brasil se concentram? Onde atuam profissionalmente? E em que medida pode-se afirmar que tais pessoas realmente escrevem seus livros? Os resultados dessa pesquisa são apresentados nesse artigo, cujo objetivo principal foi traçar o perfil dos profissionais que escrevem os livros didáticos de Geografia – questionando sua autoralidade - utilizados nas escolas públicas brasileiras e que foram distribuídos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nesse mesmo período.

Para traçar o perfil dos profissionais que estampam seus nomes nas capas dos livros didáticos de Geografia, recorremos inicialmente a todas as coleções de Geografia aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio entre os anos de 2005 e 2020. Neste levantamento foram totalizadas 88 coleções, constando os nomes de 100 autores.

A segunda etapa foi a de investigar alguns dados sobre esses autores, tais como: formação acadêmica inicial (bacharelado e licenciatura); pós-graduação (mestrado, doutorado e livre docência); área de atuação profissional (instituição, universidade, escola) e local (cidade/ estado); experiência com educação no ensino básico e na escola pública e pesquisas realizadas em âmbito acadêmico. Como fonte primária, inicialmente acessamos os Currículos Lattes disponíveis na plataforma do CNPq, dados disponíveis nas contracapas dos livros[3] e, em última instância, blogs, sites e redes sociais da internet. De forma complementar, enviamos e-mails a 63 autores, dos quais 30 retornaram. Dentre

[2] De acordo com levantamento do "QEdu: Aprendizado em Foco", uma parceria entre a Meritt e a Fundação Lemann, 98% dos professores afirmam utilizar os livros didáticos, contra 85% que dizem fazer uso de jornais e revistas e 62%, da Internet. Questionário professor Prova Brasil 2011 | Questionários aplicados: 304.412 . Disponível em http://www.qedu.org.br/brasil/pessoas/professor, acesso em dezembro de 2013.

[3] Editoras consultadas como fonte: Moderna, FTD, Scipione, Saraiva, Ática, IBEP, Base, Escala Educacional, SM, Leya, Brasil, Quinteto e Positivo.

as perguntas existentes nesse questionário constavam: qual ou quais instituições - universidade, escola ou editora – estavam vinculados? Se já havia lecionado na escola básica e na educação pública e por quanto tempo.

O que é um autor de livro didático?

Em uma palestra proferida na Sociedade Francesa de Filosofia, em 1969, Michael Foucault se propôs a debater "O que é um autor?". Nesta ocasião, o filósofo francês expôs a seguinte colocação:

> […] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce e se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 1969, p.20)

Foucault entende, portanto, o autor não apenas como um indivíduo que redige um texto, mas como um princípio que dá unidade e coerência a um discurso. Como colocou Azevedo Neto (2014, p.159), Foucault não desejou aniquilar o sujeito das Ciências Humanas, mas retirá-lo do papel central da ordem dos discursos e colocá-lo como uma construção instituída, ele próprio, por vários discursos.

> Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que – ao menos desde certa época – o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que escreve e o que não escreve [...]. (FOUCAULT, 2014, p.27)

Esse questionamento, que busca negar que o autor seja uma voz soberana e única, encontra respaldo em outros importantes linguistas. Em 1968, Roland Barthes, em *A Morte do Autor*, já havia discorrido sobre a dificuldade em precisar a identidade de quem escreve uma obra, para o qual é a linguagem, e não o autor, quem fala. Para Barthes (2014, p.64) "um texto é feito de escritas múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram uma com as outras em diálogo, em paródia, em contestação".

Para Maingueneau (2010) haveria várias dimensões para se determinar a emergência de um autor. Em primeira instância estaria uma autoralidade dispersa, como ocorre em textos produzidos por jornalistas ou até mesmo no sermão de um padre. Ao

reunir seus textos e publicá-los em um livro, tanto o jornalista como o sacerdote estariam dando maior consistência à sua autoralidade. Em terceira instância - aqui considerado plenamente um autor - ele precisa ser reconhecido e ter criado uma 'imagem de autor'. O número de citações em revistas de grande prestígio ou um ensaio publicado por um editor de expressividade conferiria a ele um elevado nível, sendo assim visto como um *auctor* efetivo, fonte de autoridade. O estágio máximo seria atingido quando, até mesmo textos comuns, como rascunhos, cartas privadas, diários etc., fossem publicados.

Maingueneau (2010, p.32), no entanto, afirma que em uma antologia destinada ao ensino médio, os autores do manual devem se apagar e apresentar-se como "mediadores de uma instituição restritiva". Dessa afirmação, podemos entender, então, que os autores de livros didáticos sejam vistos como mediadores de um conjunto de textos escritos por outros.

No que concerne à produção de livros didáticos, Circe Bittencourt (2010, p.71) também relativiza o papel do autor, destacando que o livro didático é um produto construído por diversos profissionais (editores, técnicos e ilustradores). E reforça sua posição citando Chartier (1990, p.126): "Façam o que fizerem, os autores não escrevem livros, os livros não são de modo escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas".

Ao observar alguns manuais de edição e editoração, Kazumi Munakata (1997), também releva o fato de que o livro é uma produção coletiva incluindo a participação, além dos autores, de editores, redatores, projetistas, ilustradores, fotógrafos, leitores especialistas, editores de texto, gerentes de produção, revisores de prova, compositores, artistas de layout, encadernadores, entre outros. Para Munakata (1997, p.96), "o que se exige do autor do livro didático não é exatamente a qualidade de ter boa redação; há toda uma linha de montagem editorial que elimina (ou ao menos reduz) as eventuais deficiências"; e complementa: "à medida que reduz a margem de autonomia do autor em relação a seu texto, aumenta, inversamente, a do editor". Para justificar seu posicionamento, Munakata cita a passagem de um texto da editora Atual que diz:

> [...] A partir da entrega dos originais, tem início uma longa linha de produção, com cronograma definido e rigoroso. O editor, principal responsável pelo processo de produção do livro, faz a primeira das muitas leituras. Ele também encaminha o texto para leituras críticas, realizadas sempre por professores da área de que trata o livro, que atuam em sala de aula, vivenciando os problemas cotidianos da prática pedagógica, tanto em escolas públicas como privadas. [...] (MUNAKATA, 1997, p.94)

Umberto Eco e Marisa Bonazzi, ao analisarem alguns livros didáticos de grande circulação na Itália na década de 1960 e no início dos anos 1970[4], trazem a tona outra influência que atinge os autores: a vulgata. Eles afirmam que "para satisfazer a maioria, para não causar discórdias, para evitar suscetibilidades, para agradar a todos, procuram tais autores manter o livro didático ao nível do óbvio ululante, do corriqueiro, do acrítico, da imbecilidade respeitável" (ECO e BONAZZI, 1980, p.18).

Eustáquio de Sene, autor de livros didáticos de Geografia, reconhece algumas limitações impostas aos autores pelo poder do currículo, determinado pelas diretrizes curriculares, exames vestibulares e pela vulgata.

> Com base em minha experiência de mais de 15 anos de autoria, posso dizer que os escritores de livros didáticos não têm todo esse poder de influenciar o currículo como muitos lhes atribuem. Na maioria dos casos sucumbem ao poder conformador dos currículos: estabelecidos pelo Estado, em suas três esferas, por meio de diretrizes/ parâmetros/ orientações, e isso aumentou com a institucionalização do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e as avaliações regulares para definir os livros que entrarão na lista de aprovados pelo MEC e poderão ser adotados pelos professores; impingidos pelos exames vestibulares mais concorridos, em escala regional, estadual e local; consolidados pela vulgata estabelecida no país todo, isto é, pelo currículo reificado. (SENE, 2014, p.39)

Michael Apple (2002, p.71) nos chama atenção para outras três práticas corriqueiras: a existência de obras coletivas, não escritas apenas por um ou dois autores, mas sim por "escritores profissionais, com alguma orientação de estudantes finalistas e de acadêmicos"; o uso do nome de um catedrático(a) de grande prestígio apenas para valorizar a obra e, consequentemente, aumentar as vendas; e, por fim, livros escritos por "escritores fantasmas, orientados para a venda e não necessariamente com base naquilo que é necessário saber".

Alain Choppin também enfatiza a necessidade de um trabalho coletivo na produção dos compêndios escolares, pois, de acordo com esse autor (2004, p.554), a "elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), comercialização e distribuição supõe formas de financiamentos vultosos [...] e equipes de trabalho cada vez mais especializadas, portanto, cada vez mais numerosas".

Dada essa multiplicidade de definições e fatores, nos perguntamos: quem afinal são as pessoas que estampam seus nomes nas capas dos livros didáticos de Geografia no Brasil? Tal indagação encontra referência no questionamento de Molina (1987, p.27),

[4] Nesse período, a Itália foi governada principalmente pelos Democratas Cristãos, conhecidos por se aliarem a diferentes partidos políticos com o objetivo de impedir que os comunistas chegassem ao poder. Dominou o parlamento do país entre 1946 e 1992. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/it-political-parties-dc.htm. Acesso em 9 de outubro de 2019.

entre outros pesquisadores, que nos lembra da importância de se investigar quem são esses "autores": qual seu prestígio? Formação? Títulos acadêmicos? Experiência? Ele testou seu livro? Está atualizado? Que referências existem ao seu respeito?

Resultados obtidos

Uma primeira dificuldade em traçar o perfil do autor que escreve o livro didático de Geografia é que apenas pouco mais da metade possui seus dados disponíveis na Plataforma Lattes. Dos 100 autores pesquisados, apenas 54% tinham seus dados na Plataforma, muitos deles desatualizados e incompletos. Em alguns casos a última atualização do currículo havia ocorrido há mais de 10 anos e muitos desses Currículos não compunham duas páginas. Exceção feita àqueles autores que estavam vinculados a alguma universidade.

Em parte, esse dado demonstra que quase metade desses autores não está focada na carreira acadêmica. Tal fato também pôde ser comprovado com o número de autores que realizaram pós-graduação. Neste caso, 40% haviam concluído somente bacharelado ou licenciatura; 9% fizeram alguma especialização; 22%, mestrado; 24%, doutorado e 5%, livre docência.

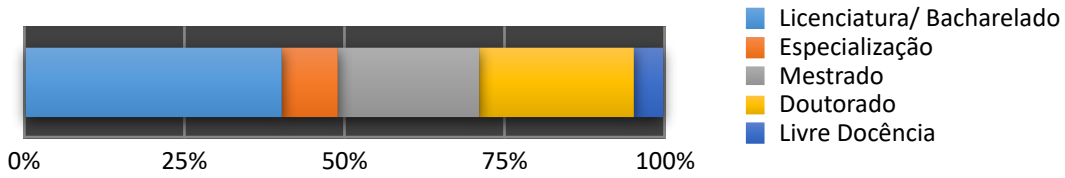


Figura 1: Formação Acadêmica Máxima.
Fonte: Plataforma Lattes/ Editoras. Org.: Elaboração própria.

A formação inicial dos autores, como se esperava, é majoritariamente na área de Geografia (86%), seguido de Ciências Sociais (8%), Economia (2%), História (2%), Filosofia (1%) e Pedagogia (1%).

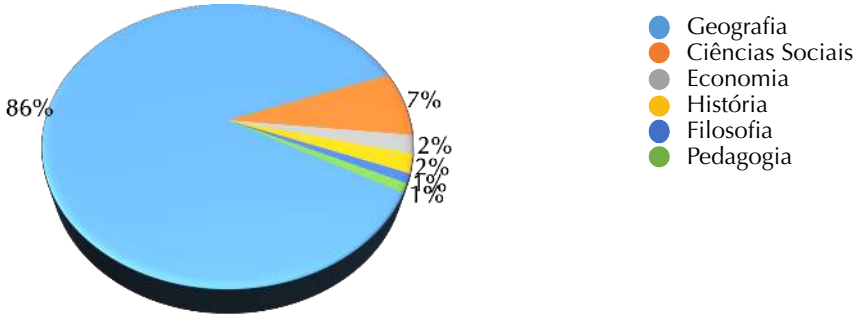


Figura 2: Formação na graduação
Fonte: Plataforma Lattes / Editoras. Org.: Elaboração própria.

Na pós-graduação, embora a Geografia tenha se mantido como o campo disciplinar preponderante, com 62% dos autores se especializado nessa área, pode-se notar maior interesse em um aperfeiçoamento na área pedagógica (18%), seguido pelas Ciências Sociais (8%), Educação Ambiental (3%), História (3%), Engenharia (2%), Saúde Pública (2%) e Geopolítica (2%). Deve-se ressaltar, no entanto, que 15% dos autores de livros didáticos de Geografia não possuem nenhuma formação, seja na graduação, seja na Pós, em Geografia.

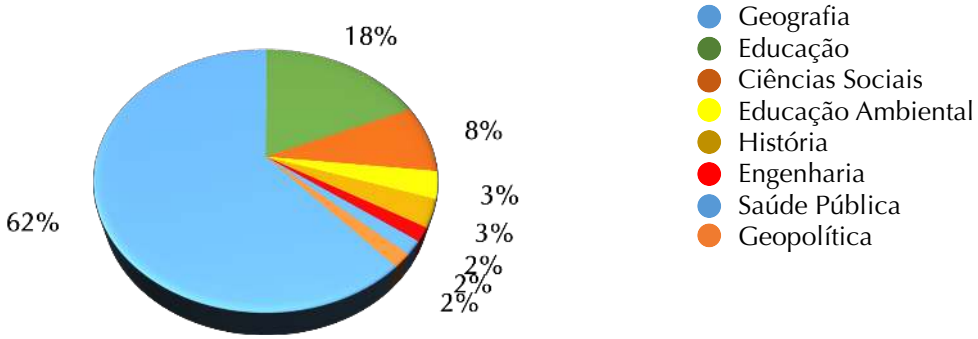


Figura 3: Formação na Pós-Graduação
Fonte: Plataforma Lattes/ Editoras. Org.: Elaboração própria.

Quanto às instituições em que esses autores concluíram suas graduações, 60% a fizeram na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, seguido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/ SP), com 13%; Universidade Estadual de Londrina (UEL), 7%; Universidade Federal do Paraná (UFPR), 5% e Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2%. Outras sete universidades públicas (UFMG, UFRGS, UFBA, UNESP, UDESC, UNICAMP, UECE), quatro privadas (PUC/ Campinas, FMU, UNIFIEO, Ipiranga), e uma no exterior (Universtité Paris - Sorbonne) foram responsáveis pela formação de um autor cada durante a graduação.

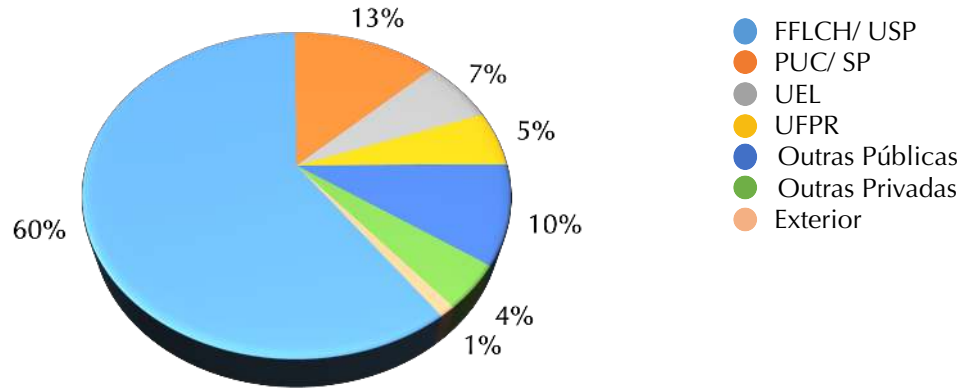


Figura 4: Instituição em que concluíram a Graduação
Fonte: Plataforma Lattes / Editoras. Org.: Elaboração própria.

No tocante à pós-graduação, considerando apenas os autores que concluíram mestrado ou doutorado, manteve-se a hegemonia da USP (55%), seguida da PUC (10%). As universidades paranaenses UEL (5%) e UFPR (5%) também marcaram presença. A Universidade Estadual Paulista (UNESP), com 5%, foi a única que apresentou um crescimento em relação às demais instituições de ensino superior na pós-graduação em relação à graduação.

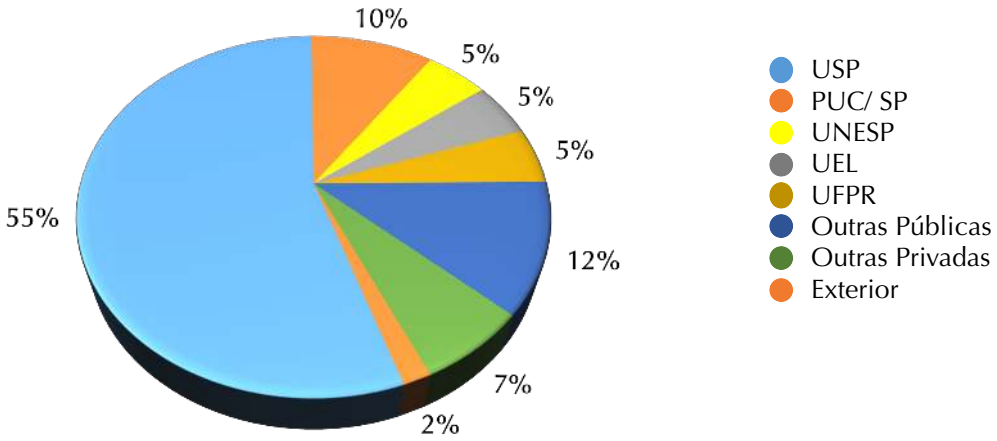


Figura 5: Instituição em que concluíram a Pós-Graduação
Fonte: Plataforma Lattes / Editoras. Org.: Elaboração própria.

Esses dados indicam a forte polarização de autores vinculados à Universidade de São Paulo, em especial à FFLCH. Quando levado em consideração todos os níveis do ensino superior, dois em cada três autores tiveram parte de sua formação feita na USP. Outro aspecto que pode ser notado é a concentração de autores no estado de São Paulo. Considerando a atuação profissional, 74% - cerca de três em quatro autores - residem em

território paulista, seguido por Paraná (14%), Minas Gerais (6%), Rio de Janeiro (2%), Santa Catarina (1%), Rio Grande do Sul (1%), Ceará (1%) e Paraíba (1%).

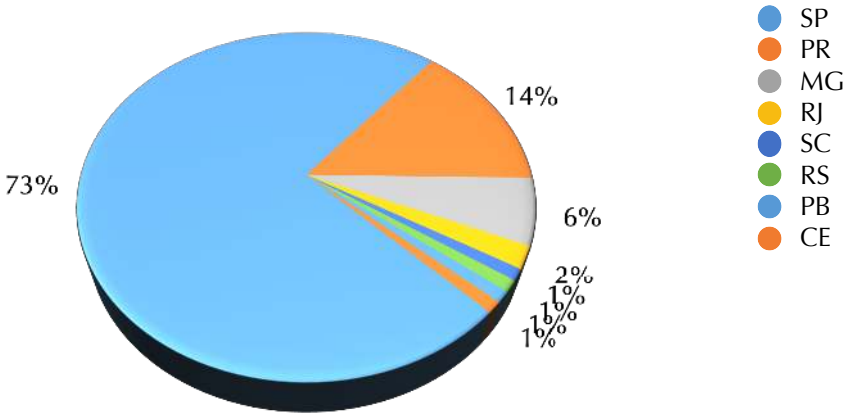


Figura 6: Estado em que exerce atividade profissional
Fonte: Plataforma Lattes / Editoras. Org.: Elaboração própria.

Ao levar em consideração as regiões administrativas do IBGE, 82% estão na região Sudeste; 16%, na Sul; 2%, na Nordeste e nenhum nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Há também um predomínio de autores masculinos. Em relação ao gênero, 63% é composto por homens e 37%, por mulheres.

Observando o vínculo institucional dos autores, 37% são professores em colégios da rede privada de ensino ou cursos preparatórios para o vestibular; 23% lecionam em universidades públicas, ao passo que 15% estão em faculdades privadas. Apenas 6% dos autores de livros didáticos de Geografia atuam na rede pública de ensino básico, 5% trabalham em editoras e outros 14% são autônomos, se dedicando quase que exclusivamente aos livros didáticos.

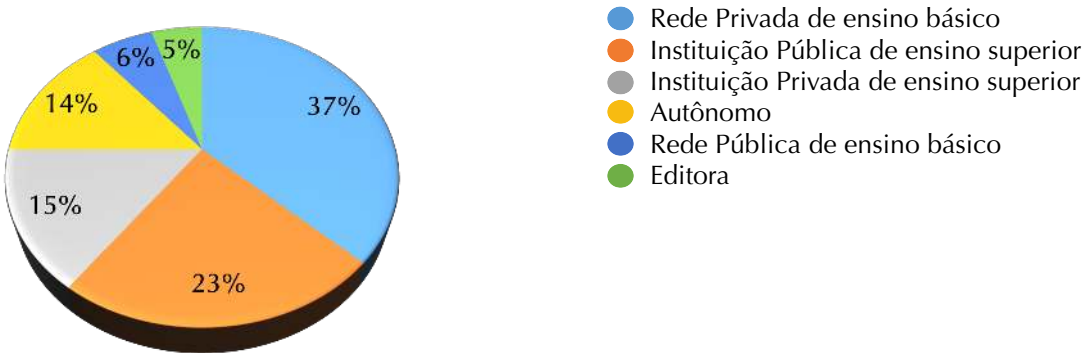


Figura 7: Vínculo Institucional
Fonte: Plataforma Lattes / Editoras. Org.: Elaboração própria.

No tocante à relação dos autores com o ensino de Geografia, 70% demonstram em seus currículos terem atuado pelo menos um ano ou mais no ensino básico, sendo que 42% também afirmam ter lecionado em escolas públicas. Neste último caso, no entanto, as passagens foram rápidas, variando de um a cinco anos, com apenas 5% permanecendo na educação pública por mais de 10 anos. Dentro da carreira acadêmica, apenas 15% defendeu uma tese ou apresentou uma dissertação de mestrado tendo como foco o ensino de Geografia.

Considerações finais

O levantamento realizado por essa pesquisa permite-nos inferir um perfil de quem, *a priori*, escreveu os livros didáticos de Geografia distribuídos nas escolas públicas brasileiras de 2005 a 2022: um profissional majoritariamente masculino (63%), formado em Geografia (86%), que realizou sua graduação na Universidade de São Paulo (60%). O mesmo buscou fazer pós-graduação (60%), com especializações nessa mesma universidade (55%).

Ao considerar as regiões administrativas do IBGE, 82% desses autores estão na região Sudeste, principalmente em São Paulo (74%). Tal fato deve-se, em grande medida, a concentração do mercado editorial na capital desse estado e ao prestígio da Universidade de São Paulo, cujo renome fomentaria maior legitimação às obras didáticas. Tal concentração, no entanto, contradiz a necessidade da pluralidade de "olhares" proposta para os avaliadores no Guia de Livros Didáticos de Geografia de 2017, por exemplo. Preocupação essa que também deveria se estender aos autores.

> A presença de professores de diferentes regiões do Brasil qualifica o olhar dos avaliadores; esta preocupação se deve em função de que as coleções que compõe este Guia serão estudadas por todos os brasileiros das escolas públicas da educação básica. (BRASIL, 2016 p.30)

Outra fragilidade notada é quanto ao distanciamento desses autores em relação à educação básica, em especial da escola pública. Observando o vínculo institucional, 37% são professores em colégios da rede privada e apenas 6% atuam na rede pública de ensino básico. Tal deficiência poderia ser compensada caso diferentes atores sociais participassem da concepção e da avaliação dos livros, tais como professores e a comunidade escolar. Mas essa prerrogativa não ocorre de fato e têm sido alvo de críticas por diferentes pesquisadores (FREITAG et al., 1989; KANASHIRO, 2008), para quem a

falta de envolvimento dos professores das redes públicas de ensino na produção e avaliação de livros didáticos distancia essa política pública da prática escolar. Para Kanashiro (2008, p.158) "uma política de livros deve ser pensada junto com a escola (dialógica) e não para as escolas (monológica) em virtude do que caracteriza a dinâmica escolar".

Devemos nos ater, no entanto, que a autoralidade de uma obra não se resume à "figura" de um autor. Retomando a indagação de Foucault "O que é um autor?", podemos alinhar sua análise ao perfil traçado nesse artigo aos autores de livros didáticos de Geografia. Em primeira instância, ao que Foucault (1969, p.14) designa de *função-autor*. Nesse aspecto, tal *função* não se dará apenas ao atribuir um texto a um indivíduo com poder criador, mas se constituirá como "uma característica de modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade". Para esse pensador francês, "o sujeito sempre fala de algum lugar e, portanto, não é dono livre de seus atos discursivos" (CAVALHEIRO, 2008, p.79). Tal premissa foi consolidada por Pontuschka et al. (2007, p.339), segundo a qual o livro didático é "uma produção que leva o nome de um ou mais autores, mas tem por trás todo um grupo de pessoas em seu tratamento industrial antes de sua chegada às escolas e livrarias".

Colaborando com essa ideia, o livro didático pode ser visto como um produto coletivo no qual, além da figura "corpórea" de autores e editores, também participam a própria linguagem e a cultura em que o texto foi produzido, como definido por Barthes, para o qual um texto

> [...] não é feito de uma linha de palavras, libertando um sentido único, de certo modo teológico (que seria a mensagem do <<Autor-Deus>>), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saldas dos mil focos de cultura (BARTHES, 2014, p.62).

Desse modo, deve-se entender a dinâmica que envolve a produção de uma obra cuja produção é coletiva e na qual agem diferentes atores sociais (educadores, pesquisadores, editores, revisores, professores, alunos, pais, legisladores, jornalistas etc.) e, principalmente, da própria linguagem e do escopo cultural que a define.

Há, portanto, uma dimensão social - condizente com o próprio debate no qual se constrói o currículo – que coaduna com o que Faraco (*apud*. CAVALHEIRO, 2008, p.76), ao debater Bakhtin, expõe: "a voz criativa – a do autor como elemento estético formal – tem sempre uma segunda voz, isto é o discurso do autor criador não é a voz direta do

escritor, mas um ato de apropriação refretada de uma voz social qualquer de modo a ordenar um todo estético".

Assim, para além do perfil estabelecido por essa pesquisa, precisamos pensar os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais que balizam o currículo e constroem a autoralidade. Ou seja, é importante que se tenha em mente que não são apenas os "autores" que escrevem. Essa é apenas uma faceta – importante – mas não exclusiva na composição de um livro didático.

Tal reflexão se faz necessária no atual momento político brasileiro, afinal, o que podemos esperar dos livros didáticos de Geografia que serão entregues nas escolas públicas brasileiras a partir de 2022 sob o comando de um governo que relativiza fatos históricos e impõe a censura a temas sociais, de gênero, de origem étnica e religiosa? Esses mesmos autores - cujos perfis foram traçados acima – poderão manter suas escritas?

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael W. **Manuais escolares e trabalho docente.** Uma economia política das relações de classe e de gênero na educação. Lisboa: Didáctica Editora, 2002.

AZEVEDO NETO, Joachin. A noção de autor em Barthes, Foucault e Agamben. **Floema** – Caderno de Teoria e História Literária, Ano VIII, nº 10, p.153-164. Vitória da Conquista (BA): Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2014.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In.: ___. **O Rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 11ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos:** PNLD 2008: Geografia. Brasília: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Básica (SEB), 2007.

____. **Guia de livros didáticos:** PNLEM 2009: Geografia. Brasília: MEC, SEB, 2008.

____. **Guia de livros didáticos:** PNLD 2011: Geografia: ensino fundamental: anos finais. Brasília: MEC, SEB, 2010.

____. **Guia de livros didáticos:** PNLD 2012: Geografia. Brasília: MEC, SEB,, 2011.

____. **Guia de livros didáticos:** PNLD 2014: Geografia. Brasília: MEC, SEB,, 2013b.

____. **Guia de livros didáticos:** PNLD 2015: Geografia. Brasília: MEC, SEB,, 2014.

____. **Guia de livros didáticos PNLD 2017:** Geografia - Ensino fundamental anos finais. Brasília, DF: MEC, SEB, 2016.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Revista Signum**: Estudos da Linguagem, nº 11/2, p.61-81. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa,** v. 30, n. 3, p. 549-566, São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2004.

ECO, Umberto e BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1969.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREITAG, B., MOTTA, V. R., COSTA, V. F. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

KANASHIRO, Cíntia S. **Livro didático de Geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), 2008.

MAINGUENEAU, Domenique. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem: professor x livro didático**. Campinas: Papirus, 1987.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, PUC-SP, 1997.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib, PAGANELLI, Tomoko I.; CACETE, Núria H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SENE, José Eustáquio de. O livro didático como produto da Geografia escolar: obra menor? **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Campinas, v.4, n.7, p.27-43, 2014. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/143 Acesso em 23 de jun. 2020.

Recebido em 09 de outubro de 2019.

Aceito para publicação em 14 de junho de 2020.